

Sarney aceitará decisão dos constituintes, afirma nota

Da Sucursal de Brasília

"A decisão que vier a ser adotada, soberanamente, pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte, terá o sr. presidente da República o mais decidido apoio. Inclusive a realização de eleições em 1988 se assim for deliberado pelos constituintes". Este é o trecho mais importante da nota oficial de 26 linhas lida ontem, às 19h45, na porta do Palácio da Alvorada, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto.

Todos os que estiveram com o presidente depois da votação na Sistematização deixaram o Alvorada certos de que ele tentará obter, no plenário do Congresso constituinte, os 280 votos necessários à fixação de um mandato de cinco anos sob o regime presidencialista. O final da nota oficial insinua isso: "O sr. presidente da República, finalmente, confia em que cada constituinte reflita sobre seus deveres perante o país, sua tranquilidade e estabilidade política".

A disposição de Sarney em promover eleições ano que vem — caso seja esta a decisão do Congresso constituinte — já tinha sido revelada à tarde, pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, um dos principais articuladores políticos do governo: "Sarney não será o último a chegar às eleições, será o primeiro", disse. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que também esteve no Alvorada, saiu fazendo declarações bem parecidas: "Senti no presidente muita inclinação para estimular eleições presidenciais em 1988".

O presidente José Sarney assistiu a votação pela televisão, em companhia de seu filho Sarney Filho, deputado do PMDB maranhense, e dos ministros Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Abreu

Sodré, das Relações Exteriores. Antonio Carlos e Cid Carvalho disseram aos repórteres que Sarney não descartava a possibilidade de fazer uma nova reforma ministerial. "O presidente está inteiramente livre para fazer uma equipe de acordo com os interesses do país e sem as pressões que alguns políticos e partidos têm feito, que impediram algumas boas reformas para o país", afirmou o ministro das Comunicações. "Ele (Sarney) se sente liberto dos partidos", declarou Cid Carvalho.

Antonio Carlos assegurou que o governo não vai usar a máquina federal para influenciar na votação definitiva da nova Constituição. "O presidente não vai negociar, como muitos queriam, às custas do erário, às custas da nação, o voto para ele (o Congresso constituinte) continuar apoiando o governo". É a isso que se refere um outro trecho do comunicado lido por Costa Couto e que diz que "A votação de hoje, na Comissão de Sistematização, reforça a posição moral do presidente de não transacionar sobre questões menores que não sirvam aos interesses da nação".

Estiveram com o presidente Sarney — além de Abreu Sodré, Antonio Carlos Magalhães, Prisco Viana, e Cid Carvalho — os ministros do Exército, Leonidas Pires Gonçalves; da Marinha, Henrique Sabóia; do Estado-Maior das Forças Armadas, Paulo Roberto Camarinha; do Interior, João Alves; da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco; dos Transportes, José Reinaldo; do Gabinete Civil, Costa Couto; do Gabinete Militar, Bayma Dennys; da Irrigação, Vicente Fialho; e da Administração, Aluizio Alves; e os deputados Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte; e os deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo; e Expedito Machado (PMDB-CE).



O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, lê a nota do presidente José Sarney no Palácio da Alvorada

'Decisão do plenário terá apoio do presidente'

"O senhor presidente da República convocou a Assembleia Nacional Constituinte e em nenhum instante interferiu em sua liberdade e soberania.

Com lealdade expôs aos brasileiros, como de seu dever, sua opinião a respeito de algumas questões submetidas à sua deliberação, entre as quais, a duração do seu mandato, de modo a concluir o ordenamento jurídico da nação e o processo de transição democrática, recusando-se a negociar qualquer fórmula considerada nociva ao país.

"A votação de hoje, na Comissão de Sistematização, reforça a posição moral do presidente de não transacionar sobre questões menores que não sirvam aos interesses da nação.

"A decisão que vier a ser adotada, soberanamente, pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte, terá o senhor presidente da República o mais decidido apoio. Inclusive a realização de eleições em 1988 se assim for deliberado pelos constituintes.

"O senhor presidente da República não tem ambição pessoal a defender, senão a de servir ao interesse nacional. Do mesmo modo, sua excelência governará acima de condicionamentos políticos e partidários.

"O senhor presidente da República, finalmente, confia em que cada constituinte reflita sobre seus deveres perante o país, sua tranquilidade e estabilidade política."

Governadores agiram para virar resultado

Do enviado especial e da sucursal de Brasília

Exatamente uma semana depois da reunião que mantiveram no Rio de Janeiro — e na qual decidiram que a crise de governabilidade recomendava encurtar para quatro anos o mandato do presidente José Sarney — quatro dos cinco governadores presentes ao encontro deixaram a atitude puramente passiva e passaram à ação direta em favor de eleições-88. Detalhe: dos quatro, três (Waldir Pires, da Bahia, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, de Pernambuco) são os mais ligados a Ulysses Guimarães, no conjunto de 22 governadores peemedebistas. Miguel Arraes foi o que agiu mais

ostensivamente: enviou a Brasília seu secretário de governo, Marcus Cunha, para retransmitir a sua análise, segundo a qual os cinco anos abririam espaço para o golpe, já que o vazio de poder se prolongaria até março de 1990. E, na avaliação de Arraes, Sarney não mais tem condições de preencher o vazio.

Waldir Pires foi menos ostensivo, mas mais decisivo para a vitória dos quatro anos: seus telefonemas de sábado para os deputados Celso Dourado e Mário Lima (ambos da Bahia e ambos indecisos), mudaram esses dois votos — exatamente a diferença entre a vitória e a derrota para os quatro anos.

Orestes Quéricia (SP) agiu indiretamente: deixou que seu vice-gover-

nador, Almino Affonso, viesse a Brasília para dar o mesmo recado que Arraes estava transmitindo por intermédio de Marcus Cunha. Almino ajudou a influenciar o voto de Francisco Pinto (BA) em favor dos quatro anos.

Pedro Simon (RS) limitou-se a dar recado por meio da imprensa: criticou Sarney em entrevista. Pode ter ajudado, pois, dos cinco peemedebistas gaúchos da Sistematização, quatro votaram pelos quatro anos (só faltou o voto de Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara).

Fora desse circuito, o único governador que veio pessoalmente trabalhar pelos quatro anos foi o alagoano Fernando Collor de Melo, definido há muito tempo pelas eleições-88, até

com candidato (o senador Mário Covas).

Antes de iniciar a votação da emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que estabelecia a duração de quatro anos para o mandato de Sarney, o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização e que presidia a sessão, leu uma "mensagem" de Sarney ao Congresso constituinte.

Dizia a nota: "Estou pronto para um grande diálogo visando a conciliação nacional (...). Jamais serei impedimento para que isso ocorra (...). O meu sofrimento e angústia decorrem da interpretação errônea que estão dando de que busco, num sentimento menor, obter a simples prorrogação de meu mandato."

Valdir Pires, 61, governador a Bahia (PMDB) - "O que se fortalece é o processo de construção a democracia brasileira, não o quadro de desesperança e distanciamento entre as aspirações populares e a representação política. Mais um ano ou menos um ano de mandato seria irrelevante para a conquista das instituições democráticas".

Miguel Arraes, 70, governador de Pernambuco (PMDB) - "Para mim, nunca foi importante o número de anos a mais ou a menos de mandato. O importante é o país saia desta crise através de uma negociação, que deve contar com a reflexão do presidente Sarney, e darmos a ele novos elementos para essa reflexão. É preciso se buscar uma saída convergente para o conjunto das forças políticas e sobretudo para a população, para evitar o confronto e garantirmos a implantação da democracia".

Ivaro Dias, 42, governador do Paraná (PMDB) - "A duração do mandato do presidente só terá legitimidade se os constituintes tirarem mão dos seus mandatos através de eleições gerais. Se eleição solução, que se realizem eleições gerais, já que o descrédito da população não é só no governo, mas na classe política de um modo geral. E o desgaste dos constituintes é o mesmo do presidente, que na minha opinião é a sua vítima do que responsável neste processo".

Edro Ivo Campos, 57, governador de Santa Catarina (PMDB) - "O resultado da votação na Comissão de Sistematização não será, obrigatoriamente, a decisão final. O plenário, pelos levantamentos que se tem, tem outra estrutura. Acredito que a Constituinte, na hora de votar, dará os cinco anos para o presidente Sarney. Eu continuo defendendo os cinco anos porque acho que o país vive uma crise econômica muito séria e que a realização de eleições provocaria a continuidade da paralisação da economia".

Liberto Silva, 69, governador do Piauí (PMDB) - "Quem sabe que temos que fazer daqui para a frente? A decisão revela, no mínimo, falta de patriotismo. É preciso que os dois entendam o esforço que o presidente está fazendo para beneficiar o Brasil e a região Nordeste em seus programas e projetos econômicos e sociais".

Antônio Carlos Valadares, 44, governador de Sergipe (PFL) - "A Comissão de Sistematização mete uma injustiça com o presidente Sarney. Acredito, porém, que a definição do mandato do presidente para o plenário, os constituintes aprovarão um mandato de cinco anos. A definição não deve levar em conta certas mesquinhas".



Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do partido no Senado

Para Cardoso, votação revela impaciência com a transição

Para o senador Fernando Henrique Cardoso, 56, líder do PMDB no Senado e apontado como um dos vencedores na batalha pela definição do mandato do presidente Sarney, a decisão pelos quatro anos veio satisfazer um desejo da sociedade. "O governo perdeu a base de sustentação política na Constituinte porque os parlamentares e a população estão cansados dessa transição, que é longa demais", disse ontem o senador depois da votação.

Na sua opinião, o governo demonstrou uma "enorme" falta de capacidade de negociação política, nos últimos dias. "A ameaça feita na semana passada pelo presidente, de que quem votasse pelos quatro anos passaria a ser seu inimigo, acabou sendo contraproducente, pois a Constituinte sentiu que sua soberania ficou ameaçada". Para Fernando Henrique, ao votar pelos quatro anos o Congresso constituinte acabou reforçando sua soberania em relação

ao governo. "O erro do Planalto foi achar que poderia lidar com a Constituinte como os governos autoritários faziam no passado com o Congresso. Se o Figueiredo [João Baptista Figueiredo, ex-presidente] tentou dominar o Congresso e não conseguiu, não seria agora que o governo iria conseguir", afirmou.

O senador avalia que "difícilmente" o plenário do Congresso constituinte irá modificar a decisão da Sistematização pelos quatro anos, a menos que os parlamentaristas queiram negociar em torno dos cinco anos. "O parlamentarismo vai ser aprovado pelo plenário, mesmo porque o governo não tem mais tempo para negociar uma mudança e não tem mais nenhum trunfo para negociar. O parlamentarismo não é uma coisa de momento e não tem nada a ver com o governo. Desde a instalação da Constituinte, as pesquisas mostravam que a maioria é favorável ao parlamentarismo."



Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara dos Deputados

Plenário não reverterá decisão da Comissão, diz Sant'Anna

O deputado Carlos Sant'Anna, 53, líder do governo na Câmara Federal e um dos principais articuladores em favor dos cinco anos para o presidente Sarney, fazia ontem depois da votação um prognóstico sombrio: "Nós perdemos porque cinco parlamentares mudaram de voto na última hora. Eles haviam se comprometido a não votar os quatro anos. Não vou citar nomes por uma questão de ética, mas basta você ter acompanhado as declarações na hora da votação que você identifica. Agora isto é coisa do passado. Não há mais nada para falar sobre isto. Acho que as eleições em 88 vão ser aprovadas no plenário".

Para Sant'Anna, "a votação de hoje [ontem] criou um fato político difícil de reverter. Nós agora devemos nos preparar para que as eleições sejam feitas em 88. Eu vou continuar ao lado do presidente José Sarney, como sempre estive. Mas dificilmente vou continuar traba-

lhando pela aprovação dos cinco anos de mandato".

Lacônico e demonstrando desânimo — segundo seu filho, André, o líder do governo estava cansado por ter ido dormir às 2h de ontem e não ter almoçado — Sant'Anna deu este depoimento na sala do cafézinho do plenário da Câmara.

O filho disse que o parlamentar chegou antes das 9h em seu gabinete. Ainda acreditava na vitória, mesmo com uma margem estreita de dois votos — os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Segundo André, haviam se comprometido na noite anterior a votar contra os quatro anos (foram favoráveis em plenário).

Quando os parlamentares começaram a se definir — "influenciados pelas articulações de última hora e o clima entusiasta da Comissão" — na avaliação de seu filho — Sant'Anna cochichou ao ouvido de André: "A batalha está perdida".

Dilson Funaro, 54, ex-ministro da Fazenda (1985-87) - "A definição do mandato de Sarney em quatro anos reflete a vontade da população brasileira. O próximo passo deve ser a convocação imediata de eleições diretas para presidente."

Leonel Brizola, 65, presidente nacional do PDT - "Foi o fato mais edificante que ocorreu nos últimos tempos. O povo brasileiro até recuperou um pouco de suas esperanças."

Ronaldo Caiado, 38, presidente da União Democrática Ruralista (UDR) - "Sempre defendi regime presidencialista e mandato de quatro anos. Mas este é um assunto político e nós estamos preparados para as eleições, basta que os políticos decidam quando será e nós estaremos com as bases".

José Hugo Castelo Branco, 61, ministro da Indústria e do Comércio - "Acho que se prevalecer esse resultado em plenário, estará aberta a temporada de eleições presidenciais."

Fábio Konder Comparato, 51, jurista - "Não é uma decisão institucional, é uma decisão puramente pessoal, de tática política. Não visa a constituir um sistema de governo, mas simplesmente a determinar os limites do governo atual."

D. Celso Queiroz, 53, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - "Como secretário da CNBB eu não tenho opinião. Como cidadão acho que o principal é respeitar o poder do Congresso constituinte e não deixar outros interesses, interesses pessoais, passarem à frente".

Íris Rezende, 53, ministro da Agricultura - "Eu tenho a convicção pessoal de que esta decisão não representa a vontade da maioria da Assembleia Nacional Constituinte."

Albano Franco, 45, senador (PMDB-SE) - "Nós, políticos, sentimos que a sociedade brasileira está insatisfeita. A aprovação dos quatro anos foi um claro reflexo desta insatisfação social na Comissão de Sistematização."

Aluizio Alves, 66, ministro da Administração - "A Comissão de Sistematização cometeu mais um erro e vem cometendo vários."

Paulo Maluf, 56, ex-governador de São Paulo - "A transição democrática, que inicialmente havia fixado o mandato do presidente em três anos, é a grande vitória. Em 88, devemos lutar pela realização de eleições diretas para presidente, deputados federais e senadores. O Brasil está precisando de uma Margaret Thatcher, de saia ou testículos".